



## O COTIDIANO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM DESTAQUE: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DA ALIMENTAÇÃO

Gabriel Alves Penha<sup>1</sup>  
Mariagda Nunes Souza<sup>2</sup>  
José Firmino de Oliveira Neto<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente trabalho se constitui no *tempoespac*o do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), especificamente no Núcleo de Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Assim, com vista à compreensão da realidade escolar, realizamos observações participantes para a apreensão do cotidiano institucional do Departamento de Educação Infantil (DEI) do CEPAE-UFG, instituição campo das atividades do grupo. Nesses meandros, mediante a observação e reflexão crítica do cotidiano da instituição, objetivamos neste manuscrito (re)pensar o momento das refeições, no qual as crianças se servem sozinhas, definindo se querem comer, quais alimentos escolher e em que quantidade. Fundamentado na Psicologia Histórico-Cultural e Pedagogia Histórico-Crítica, o DEI/CEPAE-UFG comprehende a criança como sujeito de direitos, capaz de tomar decisões sobre seu corpo e seu cotidiano. Nesse ínterim, a organização das refeições rompe com modelos tradicionais em que o adulto controla o ato de servir e comer, permitindo que cada criança desenvolva a autorregulação, a consciência sobre a própria fome e saciedade, bem como habilidades motoras e sociais no compartilhamento do espaço coletivo. Portanto, baseado no registro e na observação direta, identificamos que a liberdade de escolha, aliada a um ambiente acolhedor e organizado, favorece a construção da autonomia de forma concreta e significativa pela criança. E ainda, que ao decidir sobre sua alimentação exerce protagonismo, vivencia a responsabilidade por suas escolhas e fortalece a percepção de si, enquanto o adulto atua como mediador atento, garantindo segurança e incentivo sem impor condutas. Os resultados apontam que essa prática contribui para o desenvolvimento integral das crianças ao articular cuidado, aprendizagem e respeito às singularidades, bem como criar oportunidades para que expressem preferências e reconheçam limites corporais. Conclui-se que a experiência do auto-serviço nas refeições, quando planejada pedagogicamente, constitui potente recurso para efetivação da autonomia das crianças.

**Palavras-chave:** Formação de Professores(as), PIBID, Educação Infantil, Observação, Alimentação.

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás - UFG, [gabrielpenha@discente.ufg.br](mailto:gabrielpenha@discente.ufg.br)

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás - UFG, [mariagda@discente.ufg.br](mailto:mariagda@discente.ufg.br)

<sup>3</sup> Professor Orientador: Doutor, Faculdade de Educação - UFG, [josefirmino@ufg.br](mailto:josefirmino@ufg.br)



## Introdução

O presente texto se constitui no *tempo espaço* do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), sobremaneira no contexto do Núcleo de Pedagogia, subgrupo Goiânia, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG). O presente núcleo, devido ao número de bolsas recebidos pela instituição no último edital, é composto por oito professores(as) em formação do referido curso, sendo os demais estudantes (16) do curso de Pedagogia, da UFG/Câmpus Goiás.

As atividades do núcleo são desenvolvidas no Departamento de Educação Infantil (DEI) do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE/UFG), território educativo que se constitui como campo de observação, reflexão e intervenção pedagógica dos(as) professores(as) em formação. O DEI/CEPAE-UFG orienta sua prática pedagógica pelos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural, como reforça o documento *Organização do Trabalho Pedagógico: Departamento de Educação Infantil - DEI/CEPAE/UFG*, produzido em 2019: “[...] a organização do trabalho pedagógico do Departamento de Educação Infantil tem como compromisso ético e político a consolidação de sua proposta pedagógica à luz da Teoria histórico-cultural para a formação da consciência da criança, sua aprendizagem e desenvolvimento” (Goiânia, 2019, p. 26).

Desse modo, ao compreender a Educação enquanto “[...] condição de humanização em que os sujeitos desenvolvem atividades, pressupondo a formação de consciências que precede as objetivações sobre a realidade social e cultural [...]” (Goiânia, 2019, p. 25). E ainda, enquanto uma ação que verdadeiramente humana “[...] comprehende a dimensão de um espaço formador de sentidos e, portanto, de subjetividade que realiza atividade consciente e objetiva, compreendida como práticas” (Goiânia, 2019, p. 25), pauta a organização do trabalho pedagógico nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2009), de modo a mobilizar propostas pedagógicas que respeitam os princípios éticos, políticos e estéticos:

I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.



- II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.  
III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

E que por tal, toma como eixo dessas propostas pedagógicas elaboradas as interações e as brincadeiras. Haja vista ainda, a compreensão da criança enquanto sujeito histórico de direitos, que no cotidiano da instituição escolar participa ativamente da tomada de decisões que envolvem a si e *outrem*, dentre elas a prática da alimentação.

No que tange a prática da alimentação, corroboramos com Scramignon, Santos e Camões (2025, p. 8), de que “aprender a comer e se relacionar com a comida é conteúdo da educação infantil”, suscitando a importância de colocarmos a discussão no universo de temáticas de pesquisa desenvolvidas no campo da Educação Infantil e ainda como uma questão a ser (re)pensada cotidianamente nos territórios educativos das infâncias (creches e pré-escolas).

Nesse sentido, cabe referendar que a alimentação no território escolar constitui um direito garantido no contexto brasileiro através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com vista:

- I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;
- II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;
- III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;
- IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;
- V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;
- VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e



X Encontro Nacional das Licenciaturas  
IX Seminário Nacional do PIBID

nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

Nesse prisma, a alimentação das crianças na Educação Infantil “[...] ultrapassa a ideia de oferta, de uma perspectiva dietética, do ato de comer e de nutrir-se como ato instintivo movido pela sensação de fome” (Scramignon, Santos, Camões, 2025, p. 22), constituindo-se uma experiência de direito, de autonomia, de experiência ética, política, estética e cultural. Posto que, a alimentação possibilita experiências formativas, que agregam explorações sociais imbricadas à constituição de identidade e a brincadeira de papéis sociais (Giordani, Ramos, Almeida, 2019, p. 63). Assim,

As mãos que preparam a alimentação são registros de afeto e cuidado (ou não), que também refletem os processos socioculturais presentes em cada refeição oferecida às crianças e aos adultos que se alimentam nas instituições, caracterizando esse ato como prática pedagógica implícita ou explícita no currículo vivido e prática no cotidiano (Salutto, 2025, p. 44).

Dado o exposto, a escolha por observar e refletir sobre a prática da alimentação, sobremaneira no ato das refeições com as crianças, justifica-se pela ruptura que o DEI/CEPAE-UFG estabelece com modelos tradicionais de alimentação, em que o adulto controla o ato de servir e, ainda, o de comer determinando quantidade, vontades e até mesmo a saciedade dessas. Ao permitir que as próprias crianças se sirvam, decidam o que comer, quanto comer e compartilhem o espaço coletivo, o ato de alimentar-se torna-se também uma experiência efetivamente pedagógica, que articula de maneira indissociável prática de cuidado e educação. Dessa forma, o presente relato de experiência tem como objetivo (re)pensar o momento das refeições no DEI/CEPAE-UFG, analisando como a prática do auto-serviço contribui para a construção da autonomia infantil, o exercício da responsabilidade e o fortalecimento da percepção de si enquanto sujeito ativo em seu processo de formação.

Para tal, a coleta de informações sobre a prática da alimentação ocorreu por intermédio de observações diretas realizadas pelos professores(as) em formação, vinculados ao PIBID/Pedagogia, subgrupo Goiânia (FE/UFG) e, consequentemente, do registro sistemático em diários de bordo, elaborados após cada vivência na instituição. Os registros realizados contemplaram descrições das ações de auto-serviço das crianças durante a



alimentação e também da postura dos adultos nesse, seguido de reflexões teórico-práticas que emergiram das vivências experimentadas.

### **O cotidiano do DEI/CEPAE/UFG em destaque: reflexões sobre a prática da alimentação**

O DEI/CEPAE-UFG tem sua trajetória marcada por um processo contínuo de reflexão e construção coletiva acerca das práticas educativas voltadas para as infâncias. O departamento consolidou-se ao longo do tempo como espaço de formação, pesquisa e inovação pedagógica, mobilizando um conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Desde sua criação, os profissionais que integram o DEI/CEPAE-UFG têm se dedicado a pensar a infância em sua complexidade, reconhecendo-a como tempo de vida pleno, de produção de cultura e de direito à educação de qualidade. Assim, expressam o compromisso por mobilizar um percurso histórico sustentado na participação coletiva de professores(as), técnicos, estagiários(as) dos diferentes cursos da UFG (Licenciatura e Bacharelado), famílias e crianças na construção de um projeto educativo comprometido com a emancipação humana e, consequentemente, com a transformação social.

Nessa perspectiva, como já elucidamos, a proposta pedagógica do DEI/CEPAE-UFG fundamenta-se na Teoria Histórico-Cultural, de modo que suas práticas são orientadas por uma visão de criança como sujeito histórico, social e de direitos, que, consequentemente, aprende e se desenvolve por intermédio das interações/experimentações culturais que são mediadas por sujeitos mais experientes. Nessa perspectiva, a Educação Infantil é concebida como um

Lugar de socialização, de convivência, de trocas e interações, de afetos, de ampliação e inserção sociocultural, de constituição de identidades e subjetividades. Lugar onde partilham situações, experiências, culturas, rotinas, cerimônias institucionais, regras de convivência; onde estão sujeitas a tempos e espaços coletivos, bem como a graus diferentes de restrições e controle dos adultos (Corsino, 2012, p. 3).

E assim, a instituição organiza seu trabalho pedagógico de forma a valorizar o cotidiano como campo de pesquisa e aprendizagem, compreendendo que os momentos de





brincar, alimentar, descansar e conviver são excelentes oportunidades para a construção da autonomia, da autoria e do protagonismo infantil (Goiânia, 2019). Portanto, o DEI/CEPAE-UFG propõe uma prática pedagógica que se opõe a modelos educativos tradicionais e que no âmbito da Educação Infantil dissociam cuidado e educação, cognição e emoção, teoria e prática, apostando em um currículo vivo e dialógico, que se (re)constrói a partir das relações e das experiências concretas das crianças entre si e com o mundo.

No cotidiano pedagógico do DEI/CEPAE-UFG observamos que as propostas pedagógicas se materializam de maneira intencional, sendo então os tempos, espaços e relações, que compreendidos como dimensões educativas e constitutivas da aprendizagem e do desenvolvimento infantil, são (re)pensados a todo momento, em um movimento de reflexão crítica sobre o cotidiano. O planejamento das propostas se iniciam a partir das experiências concretas das crianças e de suas interações com o meio, reconhecendo que o conhecimento não se transmite, mas se constrói coletivamente, por meio da mediação e da vivência social.

Nessa seara do cotidiano com as crianças, a alimentação se (re)afirma como exemplo emblemático das concepções pedagógicas movimentadas no território da instituição escolar. Desse modo, a cultura da alimentação vai se constituindo como “[...] tarefa pedagógica, ação cidadã e compromisso ético e político com a formação e a vida dos sujeitos” (Salutto, 2025, p. 44), sobremaneira das crianças matriculadas no DEI/CEPAE-UFG.

A ação de comer vai rompendo apenas com sua função biológica, de nutrir e alimentar o corpo, e se (re)afirma enquanto ação cultural, ética e estética do cotidiano da Educação Infantil. Assim, ao se servir sozinha, decidir o que deseja comer e compartilhar o espaço com as outras crianças, conseguem vivenciar concretamente a autonomia e exercitar a autorregulação, compreendendo paulatinamente os limites e possibilidades do seu próprio corpo (Rodrigues, 2020).

Desse modo, no cotidiano das observações participantes durante as refeições, notamos que os professores(as), enquanto sujeitos mais experientes e mediadores da prática da alimentação, atuam de forma atenta, mas não diretiva, criando/constituindo condições efetivas para que cada gesto, escolha ou diálogo se configure em oportunidade de reflexão. Esse cotidiano, revela o compromisso do DEI/CEPAE-UFG com uma pedagogia que rompe com modelos hierárquicos e disciplinadores (Foucault, 1987; Mesomo, 2004) e aposta na



X Encontro Nacional das Licenciaturas  
IX Seminário Nacional do PIBID

construção de um espaço educativo para as crianças onde o respeito, a escuta e a cooperação são eixos estruturais do processo educativo.

Portanto, as práticas cotidianas como as brincadeiras, a organização dos espaços e os momentos de alimentação no DEI/CEPAE-UFG são oportunidades de exercício da liberdade, de tomada de decisão e de convivência social. Especificamente, o momento da alimentação é projetado/materializado como ação pedagógica de direito das crianças, na qual cuidar e educar coexistem para alimentar o corpo, mas também o sujeito na sua inteireza (corpo-mente). Enquanto um exercício de liberdade e de escuta no território educativo, alimentar-se em comunidade - no coletivo, acaba se tornando uma experiência ética, política e estética, em que o corpo, a cognição e a emoção se entrelaçam.

Quanto ao ambiente destinado às refeições no DEI/CEPAE-UFG este é cuidadosamente planejado para garantir acolhimento, conforto e autonomia às crianças. As mesas são organizadas em pequenos grupos, com pratos, talheres e copos acessíveis às crianças. Os alimentos são dispostos em recipientes apropriados sobre um balcão baixo, de forma que as crianças possam visualizar e escolher o que desejam comer durante a refeição. Essa organização do espaço expressa uma concepção pedagógica que entende este como um educador silencioso, que também comunica valores e pode, ou não, favorecer práticas de liberdade e responsabilidade.

Antes das refeições, a instituição realiza uma breve interação coletiva, conduzida pelos(as) professores(as), estagiários(as) e professores(as) em formação vinculados ao PIBID/Pedagogia, na qual se dialoga sobre os alimentos do dia, suas origens e a importância de se alimentar bem. Em seguida, cada criança se dirige ao balcão e se serve sozinha, decidindo se quer comer, bem como o que escolher e em que quantidade colocar em seu prato, como já elucidamos. Durante esse processo, observamos um ambiente tranquilo, permeado por trocas verbais e gestuais, um momento em que frequentemente as crianças se ajudam e compartilham utensílios, demonstrando que essa ação é parte cultural do cotidiano pedagógico do DEI/CEPAE-UFG que já foi apreendida pelas crianças e professores(as).

O auto-serviço na instituição, prática na qual as crianças se servem sozinhas, expressa uma ruptura com práticas pedagógicas adultocêntricas na Educação Infantil (Figura 1). Essa reorganização do cotidiano possibilita o desenvolvimento da autorregulação, da consciência corporal e da responsabilidade das crianças por suas próprias escolhas, mobilizando aprendizagens significativas que extrapolam o momento da refeição.

**Figura 1:** Momento de auto-serviço das crianças durante a prática da alimentação no DEI/CEPAE-UFG.



Fonte: Acervo do PIBID/PEDAGOGIA, subgrupo Goiânia.

No entanto, como referenda Scramignon, Santos e Camões (2025, p. 24-25) as reflexões sobre a alimentação na Educação Infantil

[...] não pode ignorar a discussão de poder e de classe, considerando as desigualdades sociais que caracterizam o Brasil e o lugar dos sistemas de ensino muitas vezes como espaços de imposição e reprodução de um arbitrário cultural, cuja repetição contribui para perpetuar as relações entre os grupos ou as classes (Bourdieu; Passeron, 2008). Tratar das questões relativas à alimentação na EI evidencia a necessidade de também abordar as questões éticas e estéticas nesses espaços que se destinam à prática alimentar. É importante pensar na adequação dos espaços, no emprego de utensílios e mobiliário e no quanto a organização desse espaço pode acolher ou não o momento reservado à alimentação das crianças.

A afirmativa das autoras nos oportuniza constatar que o DEI/CEPAE-UFG e outros diferentes *tempoespacos* de Educação Infantil estão instaurados em movimentos de incompletude, quer seja, de contínuo avanço e retrocesso na garantia dos direitos das crianças, incluindo a alimentação escolar. Sobremaneira, para os territórios educativos que buscam materializar uma Educação Infantil de qualidade socialmente referenciada, é preciso se manterem vigilantes para com uma prática da alimentação que se (re)afirme, como já elucidamos, pedagógica.



Professores(as) da instituição e os professores(as) em formação do PIBID/Pedagogia atuam como mediadores atentos, observando e intervindo apenas quando necessário durante as refeições. Essa postura reflete a compreensão de que a autonomia da criança durante a alimentação e ainda, em outros momentos do cotidiano institucional, não se constrói na/pela ausência dos adultos, mas pela presença sensível e orientadora, mediante o acolhimento das manifestações do universo infantil. E essa mediação também se expressa no diálogo que se frutifica espontaneamente durante a alimentação, em que crianças verbalizam suas preferências, curiosidades e percepções corporais como: fome, saciedade ou vontade de experimentar novos e oportunos sabores, cores e texturas (Figura 2).

**Figura 2:** Crianças reunidas à mesa durante o momento da alimentação no DEI/CEPAE-UFG.



Fonte: Acervo do PIBID/PEDAGOGIA, subgrupo Goiânia.

Durante as observações, foi possível perceber como a alimentação se transforma em uma experiência de aprendizagem e convivência coletiva. Em uma das tardes de observação, o grupo da turma de 4 anos se aproximava da mesa com entusiasmo, a criança M. P., após observar atentamente as opções de alimentos, pegou uma pequena concha e serviu-se de arroz e feijão, comentando: “*Hoje eu quero um pouco mais de feijão, porque estou com muita fome*”. Ao lado dela, L.S. hesitou diante das verduras, e a professora disse: “*Você pode*





*experimentar um pedacinho se quiser, para sentir o gosto*”, com a intervenção a criança logo colocou uma pequena porção no prato. Sentaram-se juntos, e, entre conversas e risadas, trocaram comentários sobre o sabor da comida e ainda, a respeito do que costumam comer em casa.

Em outro momento, durante o lanche, Y. S. deixou cair um pouco de suco sobre a mesa. Antes que o adulto interviesse, P. A. prontamente lhe ofereceu um guardanapo e disse: “*Não tem problema, a gente limpa juntos*”. A professora acompanhou a cena com um olhar tranquilo, sem interromper, permitindo que as crianças resolvessem a situação por si mesmas. Esse gesto simples revelou a autonomia e a responsabilidade que emergem do convívio coletivo e do respeito mútuo construído diariamente nas relações criança-criança e crianças-professores(as).

## Considerações Finais

Ao observar a prática da alimentação no *tempoespac*o do DEI/CEPAE-UFG evidenciamos que a organização intencional do ambiente, aliada a uma postura dos professores(as) da instituição e professores(as) em formação mediadora e respeitosa, favorece o desenvolvimento da autonomia das crianças. Assim, ao se servirem sozinhas, escolherem o que e quanto desejam comer, exercitam o direito de decidir sobre o próprio corpo e aprendem a reconhecer seus limites e necessidades. Esse movimento, além de promover a autorregulação, estimula a responsabilidade e o cuidado consigo e *outrem*, uma vez que o ato de alimentar-se passa a ser compartilhado como experiência de cooperação e diálogo no cotidiano institucional. Desse modo, a prática do auto-serviço reafirma a concepção de criança como sujeito ativo e sujeito de direitos, consolidando uma prática pedagógica que articula cuidar e educar, com vista à emancipação.

No âmbito do PIBID/Pedagogia, subgrupo Goiânia, ressaltamos que a observação das práticas de alimentação no território do DEI/CEPAE-UFG se configurou como um território de ricas experimentações e reflexões sobre a docência na Educação Infantil para os professores(as) em formação. Sobremaneira, abriu frestas para (re)pensarmos a alimentação em creches e pré-escolas enquanto prática pedagógica, com vista a um refeitório que se



(re)inventa, crianças e professores(as) que ensinam e aprendem e ainda, uma comida que oportuniza diferentes reflexões. E por fim, um movimento educativo que pautado em uma perspectiva dialógica, na indissociabilidade entre cuidar e educar e nos princípios éticos, políticos e estéticos, oportuniza uma Educação Infantil que (re)afirma os direitos e, consequentemente, a escuta das infâncias.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009*. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009.

CORSINO, P. Introdução. In: CORSINO, P. (Org.). *Educação Infantil: cotidiano e políticas*. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GIORDANI, R. C. F.; RAMOS, V. L.; ALMEIDA, C. C. B. Normatizações e resistência: as representações sociais sobre alimentação para bebês entre trabalhadores da saúde na atenção básica. *Áltera*, João Pessoa, v. 1, n. 8, p. 61-93, 2019.

GOIÂNIA. Universidade Federal de Goiás. Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação. Departamento de Educação Infantil. *Organização do trabalho pedagógico do Departamento de Educação Infantil DEI/CEPAE/UFG*. Goiânia, 2019.

MESOMO, A. C. Educação e infância: ensaio sobre poder e controle. *Nuances: estudos sobre educação*, Presidente Prudente, ano 10, v. 11, n. 11/12, p. 399-412, 2004.

RODRIGUES, J. S. B. Construção da identidade e autonomia na Educação Infantil mediada pela escola e a família. *Renove Revista Científica*, Camaçari, v. 1, n. 1, p. 67-80, 2020.

SALUTTO, N. Cultura alimentar como gesto pedagógico na Educação Infantil. In: SCRAMINGNON, G.; SANTOS, L.; CAMÕES, M. C. *Alimentação como prática pedagógica: contextos e experiências na Educação Infantil*. Campinas, SP: Papirus Editora, 2025.

SCRAMINGNON, G.; SANTOS, L.; CAMÕES, M. C. Apresentação. In: SCRAMINGNON, G.; SANTOS, L.; CAMÕES, M. C. *Alimentação como prática pedagógica: contextos e experiências na Educação Infantil*. Campinas, SP: Papirus Editora, 2025.



SCRAMINGNON, G.; SANTOS, L.; CAMÕES, M. C. Você tem fome de quê? Observações, experiências e diálogos institucionais sobre a alimentação das crianças. In: SCRAMINGNON, G.; SANTOS, L.; CAMÕES, M. C. *Alimentação como prática pedagógica: contextos e experiências na Educação Infantil*. Campinas, SP: Papirus Editora, 2025.

SOUZA, A. F. L.; TUSSI, D.; BERTICELLI, I. A. Disciplina na Educação Infantil? Um olhar sobre o espaço físico e o disciplinamento da criança. *Revista Pedagógica*, Chapecó, ano 11, n. 23, p. 227-243, jun./dez. 2009.

